



EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO: uma análise da linguagem em Lukács¹

Rodrigo José Teixeira

Assistente Social, Professor do Curso de Serviço Social
da UFF, Rio das Ostras

RESUMO

O texto é parte da pesquisa que estuda os desafios da implementação das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) nas políticas sociais e no trabalho profissional. A comunicação e seus fundamentos são categorias chave para essa análise. Assim, o objetivo deste artigo é aprofundar os estudos da linguagem na ontologia do ser social para a apreensão dos fundamentos da comunicação nas TIC's.

Palavras-chave: TIC's, Fundamentos, Ser Social, Linguagem, Comunicação

RESUMEN

El texto forma parte de la investigación que estudia los retos acerca de las TIC's (Tecnologías de la Información y Comunicación) en las políticas sociales y el quehacer profesional. La comunicación y sus fundamentos son categorías clave para este análisis. Así, el objetivo de este artículo es profundizar los estudios del lenguaje en la ontología del ser social para comprender los fundamentos de la comunicación en las TIC's.

Palabras-clave: TIC, Fundamentos, Ser Social, Lenguaje, Comunicación

Introdução

O Serviço Social brasileiro, desde o movimento da reconceituação latino-americana (Iamamoto e Santos, 2021), constrói um debate acerca dos seus fundamentos. A busca pelos fundamentos, pelo momento fundante é uma marca

¹ Esse trabalho foi apresentado no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado em Fortaleza, dezembro de 2024.



dessa profissão e daqueles que buscam uma análise radical, que nas palavras de Marx (2013, p. 151) “ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”.

O texto tem por objetivo apresentar parte dos estudos acerca da linguagem na ontologia do ser social e verificar sua pertinência para o debate das comunicações realizadas nos estudos sobre Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC's). Este estudo é parte de uma pesquisa em rede acerca dos desafios da operacionalização e acesso às políticas sociais mediadas pelas TIC's.

As TIC's tem sido uma das estratégias de recuperação das crises do capital como forma de alterar a composição das taxas de lucro.

todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que o ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores da redução salarial à precarização do emprego. (Netto, Braz; 2010, p. 218).

Seguindo as trilhas de Mészáros (2009, p. 17), apreende-se que a crise estrutural do capital “como um todo [...] está destinada a piorar consideravelmente. Vai tornar-se a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, [...] mas também todos os domínios da nossa vida social”.

As TIC's vão aprofundar consideravelmente a capacidade de alteração na forma de acumulação capitalista mundializada. Assim, segundo Chesnais (1996, p. 15), nesse período, a mundialização do capital ocorre sob o comando do capital financeiro, contudo, “é na produção que se cria a riqueza, [...] mas é a esfera financeira quem comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”.

A mundialização do capital, segundo Chesnais (1996), é resultante de dois movimentos extremamente interligados; 1) trata-se do momento da mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital; 2) “a política de liberalização, privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980”. Foi essa conjunção que permitiu ao capital financeiro internacional libertar-se dos entraves a sua liberdade de expansão com o intuito de explorar “os recursos econômicos, humanos e naturais onde lhes for conveniente.” (Chesnais, 1996, p. 34). O que nas últimas décadas dos anos 2000 foi intensificada pela ampliação das empresas de tecnologias que



abrangem diferentes países e as reformas trabalhistas que desregulam o emprego e a segurança no trabalho.

Essa liberação globalizada permitiu aos capitalistas industriais procurar bases de exploração do trabalho em países cuja força de trabalho, tributos e direitos fossem compatíveis as suas metas de lucratividades. Assim, Chesnais (1996) vai apresentar uma polarização entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países de periferia.

A esfera das finanças exige uma necessidade de geração de lucros, como os demais setores, assim, tais lucros são formados pelas transferências provenientes da esfera da produção.

Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo, eles começam por tomar forma, seja de lucros; salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenção por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos ‘créditos ao consumidor’; [...] a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. (Chesnais, 1996, p. 241).

Nesse sentido que se pode captar o debate das TIC's, como parte das formas que permitem alterações da composição do capital e seus rebatimentos na classe trabalhadora.

Não se defende aqui uma visão maniqueísta das TIC's se elas fazem bem ou mal a classe trabalhadora. Vale destacar que as tecnologias são próprias do fazer humano em diferentes civilizações. Nesses termos, concordamos com Álvaro Vieira Pinto (2005) que não há uma “era tecnológica”.

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas. (Pinto, 2005, p. 43)

Vale destacar que os povos originários tinham sua tecnologia no trato com a natureza, nos caminhos que percorriam entre os territórios que exigiam desenvolvimento das forças produtivas, formas de comunicação em distintas línguas; assim como os africanos escravizados que possuíam inúmeras técnicas de cura com elementos da natureza, entre outros elementos.



Aqui parte-se da análise das tecnologias conforme sua utilização na sociedade capitalista, Marx já nos indicava essa reflexão ao analisar a maquinaria.

a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre as forças da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza (Marx, 2003, p. 464)

Os antagonismos não se fundam na máquina em si, ou na tecnologia em si, mas sua utilização, sua racionalidade no modo de produção capitalista.

Com esses pressupostos podemos discutir qual fundamento buscamos para a apreensão da comunicação nas TIC's? Não buscaremos o debate das comunicações como "ação comunicativa" ou a racionalidade comunicativa indicadas pela escola frankfurtiana, em especial Habermas (1989). Seguindo a própria trilha que ilumina a concepção marxista, buscou-se em Lukács a radicalidade e o marco fundante da linguagem na ontologia do ser social.

Não se trata de um processo metodológico de dedução filosoficamente ou epistemologicamente da linguagem. E sim, de buscar os complexos que constituem o ser social sem os quais o próprio não poderia se tornar real, a linguagem e a consciência são expressões desses complexos.

Na verdade, o que está se tentando aqui é o contrário de uma dedução. Se quisermos compreender a continuidade peculiar do ser social, devemos tentar revelar as condições que a possibilitam, para, desse modo, chegar a tematizar as prioridades mais gerais daquele medium, sem o qual ela não poderia se tornar real. (Lukács, 2013 p. 212)

Assim, como *medium* a linguagem é uma mediação constitutiva do ser social, se trata da satisfação de uma necessidade social que emerge ontologicamente, em detrimento da relação do ser social com a natureza e entre si.

Para isso utilizou-se neste artigo como metodologia a revisão bibliográfica, nas obras de Marx, Engels e Lukács, entre outros autores/as que permitiram aprofundar tal discussão.

Parte-se do pressuposto principal que a

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe para mim



mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens (Marx; Engels, 1982, p. 43).

Para a correta apreensão dessa dinâmica particular da linguagem, como fundamento da comunicação, é necessário articular um conjunto de categorias do método materialista histórico e dialético. Entre elas, certamente, mediação e totalidade formam parte imprescindível dessa apreensão.

1 - Totalidade e Mediação

Segundo Kosik (1969, p. 40) o “princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo”. A totalidade é uma categoria concreta, é a essência constitutiva do real. Nesse sentido a totalidade concreta expressa o diferencial do método materialista, histórico e dialético (Lukács, 1981).

Marx (2007) elucida que é a totalidade das relações de produção e reprodução da vida social que direciona a análise, portanto, a totalidade concreta é um guia a partir do qual as análises, que se propõem materialistas, devem ter como norte.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas da consciência. (Marx, 2007, p. 45)

Assim, parte-se do pressuposto que a totalidade do materialismo é a produção social dos homens e a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista. Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, não uma justaposição de coisas e/ou partes, “é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Netto, 2011, p. 56).

Outro debate que se faz necessário para a análise da totalidade é a negatividade, sem a qual a totalidade é esvaziada e inerte. As negatividades também contêm em si complexidades e concreticidades. Marx recorre a Hegel para a compreensão da negatividade e o supera, alterando sua concepção do campo



meramente lógico para um terreno ontológico. Desse modo, a negatividade é constitutiva de todo o processo que expressa a realidade (Lukács, 1968).

A negatividade no materialismo é uma estrutura que dinamiza o processo da totalidade histórica. Segundo Pontes (2009, p. 74), ela é “responsável pela permanente tensão, movida pelos vetores positivos (que trabalham no sentido da reprodução dos complexos) e de vetores negativos (que apontam na direção da desestruturação dos processos, sua negação)”.

O que atribui movimento às totalidades entre si e entre processos sociais complexos é a negatividade, esta é o componente dinâmico entre as totalidades de maior e menor complexidade. Conforme Marx (2013), são diversidades dentro de uma unidade, a qual não se confunde com identidade. A totalidade se expressa em unidades diversas, contraditórias, são totalidades parciais, que se articulam entre si por meio de inúmeras mediações.

A apreensão da totalidade concreta é possível por meio de inúmeras e complexas mediações, sem as quais a totalidade é uma abstração. Mészáros (2013, p. 58) ao explicitar a relação entre totalidade e mediação² relata que a

‘totalidade social’ sem ‘mediações’ é como ‘liberdade sem igualdade’: um postulado abstrato e vazio. A ‘totalidade social’ existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, as ‘totalidades parciais’ – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo.

A apreensão das mediações desses complexos dinâmicos se dá por meio da relação dialética, entre as formas pelas quais o fenômeno se expressa, ou seja, sua aparição na realidade social – segundo Lukács (1981, p. 68) essa forma de aparecer é histórica – e sua forma de se relacionar com a essência, com as legalidades sociais. “Esta dupla determinação [aparência fenomênica e essência], este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética”. Nesse sentido, a totalidade se constitui de mediações complexas apreendidas pela dialética materialista.

Tratar do tema das mediações na perspectiva marxista exige a análise da mediação como uma categoria concreta, inscrita no real. Nesse sentido, a contribuição de Lukács (1968, 1979, 2010) é fundamental, uma vez que

² “As categorias centrais da dialética de Lukács são os conceitos intimamente inter-relacionados de ‘totalidade’ e ‘mediação’.” (Mészáros, 2013, p. 59).



não pode existir nem na natureza, nem na sociedade nenhum objeto que neste sentido não seja mediato, não seja resultado de mediações. Desse ponto de vista a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade independente do sujeito. (Lukács, 1979, p. 90)

A categoria mediação deve ser entendida como categoria ontológica, assentada na perspectiva histórica que expressa uma dada concreticidade. Portanto, se a mediação é uma categoria ontológica, ela pode ser abstraída pelo pensamento. “A mediação tanto se manifesta como categoria que compõe o ser social (ontológica) (...) quanto se constitui num constructo que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto” (Pontes, 2009, p. 81), assim a mediação é uma categoria ontológica e reflexiva.

O trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, um mediador no sentido de possibilitar ao homem a criação de sua própria vida decorrente das relações sociais do trabalho.

O papel da mediação, como categoria reflexiva, está em apreender esse movimento por meio de particularidades, do movimento que expressa a relação singular e universal. Lukács (2010, p. 77) expressa que Marx já considerava tal movimento, o “universal e o singular (...) [são] expressões, no pensamento, de determinações do ser obrigadas a coexistir”.

Por meio das mediações postas na realidade é possível a passagem da aparência do fenômeno à sua essência. A razão tem a capacidade de negar a realidade, apontando a negatividade como movimento capaz de alavancar o intelecto para superar a imediatez, entendendo que todo fenômeno é mediado. A aparência e a essência não existem de formas isoladas, “toda aparência (...) é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar presente sem esta relação dinâmica, contraditória.” (Lukács, 1981, p. 86).

Nesse sentido a linguagem é entendida como mediação necessária para o desenvolvimento do ser social, pois articula o ser universal, sua capacidade de expressar materialmente a consciência pela linguagem, e suas particularidades, as formas pelas quais a linguagem é expressa em distintos momentos do desenvolvimento do ser social.

Para a apreensão correta do ser social, há mediações necessárias a serem captadas no salto ontológico, certamente a linguagem é uma delas. Lukács vai refletir



sobre os complexos de complexos que permitem esse salto, tendo o trabalho como o movimento real, que permitiu o desenvolvimento do ser social. Aprofundaremos a relação entre trabalho e linguagem na busca pelos fundamentos da linguagem.

2 - Trabalho e Linguagem

Analisa-se o trabalho como atividade humana, que se distingue de toda atividade natural e é caracterizado pela ação sociometabólica entre o sujeito e a natureza orgânica e inorgânica. O ser social se debruça sobre a natureza, transforma-a para satisfazer suas necessidades, produzindo algo concreto e, ao mesmo tempo, produz-se como sujeito.

Nessa perspectiva, o trabalho expressa uma relação sujeito/objeto de diferenciação entre ambos. O sujeito transforma o objeto e depende desse objeto para sua sobrevivência, porém, o faz de modo consciente, produzindo a si mesmo também como sujeito. “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (Marx, 2007, p. 81). Marx, em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, explana sobre a relação homem/mulher³ e natureza orgânica e inorgânica ao afirmar que o homem/mulher é uma parte da natureza. Todavia, na medida em que transforma a natureza, transforma-se em um ser universal, “tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive” (Marx, 2007, p. 84).

É nesse processo que o ser vai se transformando em ser social, contudo, a linguagem ainda é um complexo a ser desenvolvido com a transformação da natureza.

Do ponto de vista biológico, existe um gênero humano desde o momento em que ele se desliga objetivamente das espécies de primatas e se torna objetivamente um gênero próprio. Contudo, quando se examina esse gênero em sua totalidade (...) ele se torna tão mudo quanto aquele do qual se originou. (Lukács, 2013, p. 199)

³ Em todo o texto tentou-se utilizar linguagem não discriminatória. “A língua portuguesa, infelizmente, ainda é extremamente binarista e sexista, visto que, ao nos referirmos a um grupo com indivíduos de mais de um gênero, tendemos a usar o pronome masculino (eles) no discurso, o que reflete o machismo intrínseco a língua e expõe a exclusão de mulheres e pessoas não binárias, daí a necessidade de reformular a gramática. A linguagem neutra surge então como uma possibilidade, na tentativa de contemplar todos os gêneros e validá-los no discurso.” (Caê, s/a, p. 05). Em situações que não forem possíveis, será utilizado homem/mulher. Seguindo também a Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS (2023, p. 67) “Entende-se como linguagem não discriminatória aquela que combata formas de expressão que reproduzam o sexismo, o machismo, o racismo, o androcentrismo, a heterocisnormatividade, o capacitismo, o etarismo ou qualquer outro preconceito a algum grupo social”. Cabe destacar, as citações literais foram mantidas, o que muitas vezes não se pode garantir uma linguagem não discriminatória.



É pela transformação da natureza que o ser se constitui como gênero humano. É atividade essencial para satisfazer suas necessidades, suas carências, sua manutenção física e espiritual, segundo Marx (2007, p. 84), “O trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparecem ao homem apenas como meio para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a engendradora de vida”.

O ser social, de modo consciente, torna-se um ser livre pelo movimento de domínio da natureza na satisfação de sua necessidade, diferentemente do animal que regula sua atividade vital de forma imediata com a natureza e, portanto, não se distingue dela. Assim,

O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. [...] é um ser consciente, isto é, a sua vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é uma atividade livre (Marx, 2007, p. 84).

O animal produz somente aquilo que necessita imediatamente, condicionado a sua reprodução biológica. O ser social, porém, produz para si e para o outro, “sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie [...], por isso, segundo as leis da beleza” (Marx, 2007, p. 86). Para os animais, a natureza não pode ser modificada, o animal também observa a natureza, seus ciclos, mas a natureza é algo dado, não algo que pode ser transformado (Fischer, 1987).

No capítulo IV, livro I, volume 01 de *O Capital: crítica da economia política*, Marx reafirma essa concepção de trabalho. Vejamos:

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana de trabalho (Marx, 2010, p. 211).

Ao longo do processo de transformação da natureza, o ser social o faz sempre por um meio de trabalho, um instrumento, ou um conjunto de instrumentos. A produção de instrumentos de trabalho também é considerada trabalho. Neste caso, foi



necessário conhecer aspectos da natureza, testá-los, manuseá-los, construí-los segundos seus valores para chegar a uma dada finalidade, antes imaginada pelo homem/mulher. O instrumento é um material externo que se coloca entre o ser social e a natureza e serve para “dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que se tem em mira” (Marx, 2010, p. 212). A natureza não cria instrumentos. É o homem/mulher que, ao se debruçar sobre a natureza, produz seus instrumentos. O uso e a fabricação dos meios de trabalho caracterizam o processo especificamente humano de trabalho. Os meios de trabalho alteram-se historicamente, transformam-se na medida em que o ser social cria novas necessidades, alteram e reconstroem as forças produtivas, “servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (Marx, 2010, p. 213-214).

A construção dos instrumentos de trabalho coloca ao ser que trabalha dois problemas: o primeiro é quanto aos meios utilizados para alcançar uma dada finalidade – a concretização do trabalho; o segundo refere-se às escolhas, “se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim que se destina” (Netto; Braz, 2010, p. 32). Antes de chegar ao seu resultado final, o homem/mulher é capaz, portanto, de projetar na sua consciência como será o produto de seu trabalho. O trabalho antes de ser efetivado é atividade teleologicamente orientada, assim, o ser social se distingue e se recua das barreiras naturais⁴. Na contribuição de Marx e Lukács, é pela teleologia, pela “prévia ideação” que o ser social visualiza na sua consciência o resultado final. Marx (2010) utiliza para isso a comparação entre a ação da aranha, da abelha e a ação propriamente humana. Sendo assim, o que distingue o homem/mulher dos animais é a capacidade de projetar, antecipar o final na sua consciência. Isso só é possível, também, pelo desenvolvimento da linguagem articulada, pois, não pensamos sem palavras.

O ser social vai superar a mudez do ser orgânico na relação de sua continuidade e constante transformação. Aqui a necessidade da compreensão dos pores teleológicos, da divisão social do trabalho e da necessidade da sua continuidade. Do estabelecimento de relações sociais para a reprodução da vida social

⁴ Lukács (2010, p. 42) explica e reforça que o “devir humano traz consigo um recuo das barreiras naturais [...] não um desaparecimento das barreiras naturais, jamais sua supressão total”.



A mudez só pôde cessar quando, em decorrência dos resultados objetivos e subjetivos do pôr teleológico no trabalho, na divisão do trabalho etc, os fundamentos da reprodução filogenética cessaram de ser meramente biológicos, quando foram encobertos, modificados, remodelados etc, por determinações sociais cada vez mais sólidas, cada vez mais dominantes. (Lukács, 2013, p. 199)

É pelo trabalho e pela divisão social do trabalho que é possível superar a mudez do gênero meramente biológico, assim, tal gênero deixou de existir só em si, para alcançar o ser-para-si.

Segundo Lessa (2012, p. 60), a essência do trabalho em Lukács é a articulação peculiar e exclusiva entre teleologia e causalidade. Destacam-se, desse modo, que essas duas categorias são de primeira ordem para a análise do trabalho. A relação teleologia, causalidade e objetivação expressam uma totalidade do processo de trabalho, cada qual com seu grau de complexidade, mas altamente imbricada na análise do trabalho.

A ação de projetar o que se visualiza na consciência é uma atividade propriamente humana chamada teleologia, uma capacidade de projetar uma dada intencionalidade prévia. Um processo teleológico que “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade”. (Marx, 2010, p. 212).

Assim, quando colocamos em movimento aquilo que projetamos, denominamos “pôr teleológico”, ou seja, uma ação orientada a um fim previamente pensado. É por meio do pôr teleológico e sua efetividade que o homem/mulher transforma conscientemente a natureza, e se essa ação se objetiva, torna-se, portanto, “fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana” (Lukács, 2010, p. 45).

O pôr teleológico é um momento ideal, só se constitui como tal na sua efetivação real,

isso quer dizer que o ato do pôr teleológico só se torna ato teleológico autêntico através da efetivação real de sua realização material, sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo etc., que tem com a realidade material [...] um caráter meramente representativo” (Lukács, 2013, p. 356).



O pôr teleológico é um momento da *práxis*, o fundamento é o trabalho, que funda também a *práxis* (Lukács, 2013). É um momento importante para a humanização do ser social. Toda processualidade do pôr teleológico requer uma consciência que a faça (Lessa, 2012).

Na natureza, por sua vez, não aparece nenhuma relação teleológica, somente nexos causais. A teleologia se apresenta como algo novo no “mundo dos homens” (Lukács, 2010; Lessa, 2012), coloca em movimento séries causais:

Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais (Lukács, 2009, p. 230).

Somente o ser social é capaz de transformar a causalidade dada na natureza em causalidade posta pela movimentação de pores teleológicos distintos. Por meio da objetivação de processos causais “o pôr teleológico consciente constitui aqui a verdadeira linha de separação primária” (Lukács, 2010, p. 61). A objetivação é a realização do trabalho, ação material do homem/mulher sobre a natureza que produz algo novo, útil para si, por esse processo cria também o seu mundo⁵. É pelo trabalho que o ser social cria o seu mundo.

Vale destacar que, em Marx, o trabalho é a categoria central e que as demais categorias ontológicas são provenientes do trabalho. É nessa projeção e na objetivação dessa prévia ideação que o trabalho se realiza.

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as formas sociais (Marx, 2010, p. 218).

É nesse momento que ocorre uma dupla transformação: “Por um lado o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda ao mesmo tempo sua própria natureza” (Lukács, 1981, p. 92). Na natureza não há criação de valores, só o homem/mulher na sua relação metabólica com a

⁵ “A objetivação é o momento do trabalho pelo qual a transformação teleologicamente orientada de um setor da realidade dá origem a uma nova forma de ser, a uma ‘nova objetividade’. Essa ‘nova objetividade’ é o mundo dos homens, uma esfera ontológica distinta da natureza” (Lessa, 2012, p. 71).



natureza, mediado por instrumentos, consciência e linguagem produz coisas úteis e satisfaz sua necessidade, quer provenha do estômago ou da fantasia (Marx, 2010).

A centralidade ontológica do trabalho permite determinar o modo de vida e o caráter histórico de todas as atividades humanas.

Com essa base material podemos articular melhor o debate da linguagem no salto ontológico.

O salto, tomando o trabalho como ponto de partida, permite a práxis, e tal práxis é, segundo Lukács (2013, o. 215) “uma investida rumo ao desconhecido visando conhecê-lo (...) todo ato de conhecer traz consigo uma ampliação extensiva e intensiva; ora, do mesmo modo, a linguagem é um órgão importante dessa práxis, de todo conhecimento que dela se origina.”

A linguagem, inicia-se por signos e sinais, articulação de vozes e sons. Exige-se um corpo biológico, órgãos dos sentidos, no intuito da sua reprodutibilidade, assim

Subjetivamente a linguagem permite a interação, a própria reprodução do ser, é nesse complexo que o ser social pode estar em continuidade, em reprodução. A linguagem é essencial nesse processo, na preservação do gênero diante de transformações radicais, a mudanças, ao conhecimento sobre a natureza e seu metabolismo junto a humanidade. É pela linguagem que podemos transpor o conhecimento adquirido e avançar na transformação da humanidade (Lukács, 2013, p. 217)

Nesse sentido a consciência é o momento indispensável. Tanto no sentido de preservar como de aperfeiçoar o desenvolvido pelo ser social. Nas palavras de Lukács (2013, p. 215) “gerar tendências de fixação definitiva do que foi conquistado” pela práxis. Desse modo “a orientação principal de sua função consiste em converter o que foi adquirido no passado para o desenvolvimento do subsequente, para solução de novas questões postas pela sociedade” para isso a linguagem e a consciência são imprescindíveis.

Para Lukács (2013) a linguagem, originalmente é o instrumento social para conferir validade àqueles pores teleológicos que tem como meta induzir outros homens/mulheres a determinados pores teleológicos, ou seja, é pela comunicação que o ser social pode conseguir passar seus conhecimentos, induzir, demonstrar aos outros que determinados pores teleológicos podem produzir valores, necessários a continuidade do gênero. “A linguagem permite a mediação da consciência entre os seres sociais” (Lukács, 2013, p. 220).



Aqui é importante destacar a o significado da palavra, a capacidade no ser social de atribuir um nome, ao que projetou, ao que construiu, a natureza que o circunda, desse ponto de vista, para Lukács (2013) a palavra expressa-se na esfera da universalidade. Importante destacar a linguagem na esfera da universalidade, pois nos conecta ao gênero humano, portanto, há mediações. Tanto a linguagem é uma mediação para apreender o complexo de complexos que compõem o ser social, como permite captar as particularidades, sem perder a universalidade.

Contudo, não se fixa na universalidade. Como possibilidade de expressão na consciência a palavra expressa, também, particularidade. “Nesse ponto aparece de modo mais claro e nuançado daquele caráter geral da palavra” (Lukács, 2013, p. 219). Mesmo com as nuances, com a tonalidade vocal ao emanar palavras pela linguagem, por mais singular-individual que seja, a linguagem expressa uma capacidade humana que nos interliga ao gênero.

Aqui vale destacar a relação intrínseca e diferenciada entre língua e linguagem. A linguagem é a capacidade propriamente humana de expressar materialmente a consciência, permite a reprodutibilidade do ser social por meio do trabalho e sua capacidade de transmitir o que conheceu, o que produziu e também seus sentimentos e emoções, por diferentes nuances. A língua é uma produção social, de sujeitos em um determinado tempo e território. A língua expressa formas de cultura, de modo de vida, a pluralidade de línguas expressa a “a atual consciência de gênero realmente presente na humanidade (...) As línguas (...) podem muito bem cessar como tais, mas continuar, como elementos de construção de novas línguas, no processo de fusão de outras línguas, constituindo fermentos importante de uma nova língua viva.” (Lukács, 2013, 222).

Assim como deve-se considerar a dominação linguística, quer por território ou por poder. Vale destacar que os genocídios podem produzir dominação linguística, como por exemplo, como as línguas dos povos originários no Brasil, a escravização e apagamento linguístico da população diaspórica de África. O colonialismo e sua dominação de extermínio fizeram ampliar o número de línguas que já não mais existem.

A língua expressa um campo de luta de classes⁶, de dominação. Na esteira de Carboni e Maestri (2012, p. 12), “as nações imperialistas lutam para impor suas

⁶ (...) a luta de classes, na prática social, é sempre uma síntese da legalidade econômica e de componentes extraeconômicos da realidade social (Lukács, 2012, p. 362).



línguas, e por meio delas seus valores às nações dominadas, assim como as classes dominantes esforçam-se para que os dominados se submetam (...) a uma ditadura linguística”.

Segundo dados do Fórum Universal das Culturas⁷, realizado em 2004 em Barcelona, estima-se que no mundo já existiram mais de 5.000 línguas e, segundo algumas fontes, juntando-se aos dialetos, somavam-se 41.000. Jamais foi realizado um censo, principalmente em decorrência do grande número de países plurilíngues. Em 5 mil anos é possível ter existido cerca de 30.000 línguas. Este fato se dá em decorrência da dominação sócio-histórica, como o imperialismo cultural e os fatores militares, além dos genocídios e das expansões demográficas. Hoje, com a força arrasadora da mundialização do capital, calcula-se a existência de somente 300 línguas.

Considerações Finais

O artigo é parte de uma pesquisa em rede que tenta analisar os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no trabalho e no acesso as políticas sociais. Buscar as bases teórico-metodológicas que sustentam o debate é um mergulho nas categorias do método materialista, histórico e dialético.

Buscar apreender, a partir da direção social crítica do Serviço Social, os fundamentos das TIC's é uma tarefa para aqueles/as que se dispõem a ser coerente na análise. Assim, apreender a linguagem na ontologia do ser social, conforme nos explica Lukács (2013), pode nos permitir uma análise pautada na direção social do Serviço Social.

A linguagem na ontologia do ser social configura-se nessa pesquisa como fundamento teórico-metodológico preliminar para o debate da comunicação. Certamente, novas análises sócio-históricas como a comunicação nas grandes corporações que englobam e mobilizam o capitalismo mundializado deve se somar a essa análise e poderá ser mais bem desenvolvidas em trabalhos posteriores.

No artigo a linguagem pode ser entendida como fundamento da comunicação do ser social, expressa materialmente a consciência, permite a reprodutibilidade do

⁷ Dados retirados do caderno especial lançado pelo jornal Folha de S. Paulo, em julho de 2004, impresso na Argentina. Traz as discussões acerca do Fórum Universal das Culturas, realizado de 09 de maio a 26 de setembro de 2004, em Barcelona, Espanha.



gênero, expressa uma dimensão universal, singular e particular na apreensão do ser social e seu desenvolvimento sócio-histórico.

Assim, o artigo cumpre seus objetivos em articular um conjunto de conhecimentos que explicitam a relação articulada entre trabalho, linguagem e consciência. Subsidia a pesquisa em rede no adensamento teórico com direção política para apreensão das TIC's.

Referências

CAÊ, Gioni. **Manual para o Uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa**.

Frente trans Unileira, Unila, s/d. Disponível em:

[https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-](https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf)

[neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf](https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf) Acesso em 19 de ago. de 2024.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem Escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. Expressão Popular, São Paulo: 2012.

CFESS. **Política Nacional de Comunicação**. 4 ed. 2023.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FISCHER, Ernest. **A Necessidade da Arte**. 9ª ed. LTC, Rio de Janeiro:1987.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Claudia Mônica dos. **A História pelo Averso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocutores internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1969.

LESSA, Sergio. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. Boitempo Editorial, São Paulo: 2013.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. Boitempo Editorial, São Paulo: 2012.

_____. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Boitempo: São Paulo, 2010.

_____. As bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem, In:

LUKÁCS, György. **O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia**. 2ª ed. Editora UFRJ, Rio de Janeiro: 2009.



_____. O Marxismo Ortodoxo. In: NETTO, José Paulo (org). **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 20. Editora ática: São Paulo, 1981.

_____. Determinações para a Crítica Particular do Desenvolvimento da Sociologia. In: **Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 20. Editora Ática: São Paulo, 1981.

_____. **Ontologia do Ser Social**. os princípios ontológicos de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Introdução a uma Estética Marxista**. Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. 3ª ed. Ciências Humanas, São Paulo: 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, 27ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Boitempo, São Paulo: 2007.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução Rubens Enderle, Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O Conceito de Dialética em Lukács**. Boitempo editorial: São Paulo, 2013.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. Boitempo editorial: São Paulo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução. 5ª ed, Biblioteca Básica de Serviço Social. Volume 01, São Paulo: 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. O Conceito de Tecnologia. Vol 01. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. 6ª Ed. Cortez, São Paulo: 2009.